

**ATA DA 334ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP
REALIZADA NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2007**

1
2
3
4 Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, os membros do Conselho
5 Nacional de Política Criminal e Penitenciária se reuniram na sala de reuniões na
6 Biblioteca do Ministério da Justiça, no edifício sede. Estiveram presentes o Presidente,
7 Dr. Sérgio Salomão Shecaira, e os Conselheiros: Adeildo Nunes, Airton Aloísio Michels,
8 Carlos Lélío Lauria Ferreira, Carlos Weis, Carlos Martins Antico, César Oliveira de
9 Barros Leal, Eleonora de Souza Luna, Mario Julio Pereira da Silva, Pedro Sérgio dos
10 Santos. Justificaram a ausência os Conselheiros Cassio Castellarin, Christine
11 Kampamann Bittencourt, Edison José Biondi, Geder Luiz Rocha Gomes, Herbert José
12 Almeida Carneiro, Luís Guilherme Martins Vieira, Maurício Kuehne e Vetuval Martins
13 Vasconcelos. A reunião teve a presença, ainda, dos senhores Télió Leão Aires
14 (Secretário de Cidadania e Justiça do Tocantins) e Bonfim Santana Pinto (Diretor de
15 Administração Penitenciária do Depen). O Presidente do CNPCP, Sérgio Salomão
16 Shecaira, iniciou os trabalhos submetendo à apreciação do Plenário a ata da 333ª
17 Reunião Ordinária, que foi aprovada com as alterações propostas pelo Conselheiro
18 César Oliveira de Barros Leal. Na seqüência dos trabalhos, passou-se à fase das
19 comunicações. O Presidente, Dr. Sérgio Salomão Schecaira, comunicou que
20 compareceu a uma reunião com o Secretário de Administração Penitenciária do Estado
21 de São Paulo, Dr. Antônio Ferreira Pinto, juntamente com o Conselheiro Carlos Weis e
22 com a Secretária do CNPCP, Jussara Isaac. Procedeu a um breve relato, informando
23 que foram tratados assuntos diversos, nomeadamente relativos à penitenciária feminina
24 da capital paulista. O Conselheiro Carlos Weis, por sua vez, pediu a palavra e informou
25 que reiterou o pedido para a designação de novos defensores públicos nos presídios,
26 principalmente naqueles mais importantes e solicitou, também, um calendário de
27 audiências públicas no mês de novembro, a exemplo da que acontecerá em Belo
28 Horizonte nos dias 28, 29 e 30 de novembro. A palavra foi passada ao Conselheiro
29 César Oliveira de Barros Leal, o qual discorreu sobre o Instituto Brasileiro de Direitos
30 Humanos e sua revista, distribuída a todos os presentes. Informou, ainda, que a
31 publicação, que contém artigos em várias línguas, tem caráter internacional. O
32 Presidente fez igualmente referências elogiosas à revista e a alguns artigos nela
33 contidos. Em seguida, o Presidente solicitou que fosse feita a leitura final do anteprojeto
34 de indulto, para posterior encaminhamento ao Ministro da Justiça. Com a palavra o
35 Conselheiro César Oliveira de Barros Leal, apresentou, como relator, o Plano Nacional

36 de Política Penitenciária, que foi aprovado por unanimidade. Algumas discussões
37 pontuais ocorreram, relativamente, por exemplo, à privatização no âmbito da execução
38 penal. O Plenário do Conselho reafirmou sua posição de rechaçar a privatização plena
39 das unidades prisionais, o que, evidentemente, não deve ser confundido com a
40 terceirização. Dando seqüência à pauta da reunião, o Conselheiro César Oliveira de
41 Barros Leal fez um relato sobre as visitas de inspeção às APACs de Itaúna e Nova
42 Lima, em Minas Gerais (feitas em companhia do Conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes
43 e Thiago Machado, representante da Ouvidoria do Depen), bem como ao Centro de
44 Ressocialização de Atibaia e Sumaré e à Penitenciária II de Sorocaba, em São Paulo.
45 Na seqüência dos trabalhos, o Presidente, Dr. Sérgio Salomão Shecaira, passou à
46 apreciação dos processos distribuídos previamente: 1. Processo CNPCP/MJ nº
47 08037.000071/2007-81. Assunto: Relatório de Atividades do Conselho Penitenciário do
48 Estado do Tocantins, relativo ao exercício de 2006. Parecer do Conselheiro Carlos
49 Martins Antico: pela aprovação do Relatório e remessa de ofício ao interessado,
50 acusando o recebimento e posterior arquivamento dos autos para subsidiar Visita de
51 Inspeção a ser agendada posteriormente. Aprovado, à unanimidade. 2. Processo
52 CNPCP/MJ nº 08037.000067/2007-13. Assunto: Relatório de Atividades do Conselho
53 Penitenciário do Estado do Amapá, relativo ao exercício de 2006 e Relatório de
54 Inspeção realizado pelo Instituto de Administração Penitenciária do Estado. Parecer do
55 Conselheiro Carlos Martins Antico: pela aprovação do Relatório, com ofício ao
56 interessado, acusando o recebimento e posterior arquivamento dos autos para subsidiar
57 Visita de Inspeção a ser agendada posteriormente. Aprovado, à unanimidade. 3.
58 Processo CNPCP/MJ nº 08037.000142/2007-46. Assunto: Considerações do Membro
59 do Conselho Penitenciário do Estado de Goiás, acerca da inconstitucionalidade do
60 inciso V, art. 1º do Decreto de Indulto nº 5295/2004, fundamentando o indeferimento do
61 pleito de indulto condicional do sentenciado Emerson Borges de Oliveira. Parecer do
62 Conselheiro Carlos Martins Antico: pelo acolhimento da manifestação contida nos autos,
63 reconhecendo a inconstitucionalidade apontada. Aprovado. 4. Processo SERA/CCA nº
64 08200.022335/2006-38. Assunto: Despacho nº 7836, de 19/12/2006: encaminha “projeto
65 de criação da Divisão de Repressão aos Crimes de Contrabando, Descaminho e contra
66 a Propriedade Intelectual e Industrial”, de autoria do Departamento da Polícia Federal –
67 Coordenação Geral da Polícia Fazendária. Parecer do Conselheiro Carlos Martins
68 Antico: pela aprovação do Projeto apresentado. Aprovado o parecer pela incompetência
69 de manifestação do Colegiado acerca da matéria. 5. Processo CNPCP/MJ nº
70 08037.000032/2007-84. Assunto: Denúncia. Solicitação de informações acerca da

71 execução do projeto “Pintando a Liberdade”, uma parceria do Ministério do Esporte com
72 o Ministério da Justiça. Manifestação do Conselheiro Carlos Lélío Lauria Ferreira: pela
73 reiteração das diligências solicitadas. Acatada a manifestação pelo Colegiado. 6.
74 Processo CNPCP/MJ nº 08037.000065/2006-43. Assunto: Encaminha Resolução do
75 Conselho da Justiça Federal que regulamenta a transferência de presos para as
76 penitenciárias e disciplina a execução penal. Parecer do Conselheiro Carlos Weis, após
77 vistas: pela inconstitucionalidade da fixação de competência por meio de resolução
78 administrativa com proposta de alteração do art. 109, da Constituição Federal. Adiada a
79 discussão. 7. Processo DEPEN/MJ nº 08016.000540/2007-19. Assunto: Memo
80 102/2007, de 11/01/2007: encaminha documento para apreciação no sentido de
81 subsidiar os debates acerca das ocorrências relacionadas com a questão penitenciária
82 nacional. Parecer do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal, já mencionado:
83 apresenta o Plano Nacional de Política Penitenciária, que é discutido amplamente, item
84 por item, para ulterior publicação em forma de Resolução. Aprovado à unanimidade. 8.
85 Processo DEPEN/MJ nº 08016.003564/2007-11 (08016.003862/2007-10). Assunto:
86 Relatório de Inspeção feita na Penitenciária Feminina de São Paulo/SP. Manifestação
87 do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal: pelo arquivamento dos autos, com cópia
88 aos membros encarregados da respectiva visita de inspeção. Acatada pelo plenário. 9.
89 Processo DEPEN/MJ nº 08016.002464/2006-68. Assunto: Cadeia Pública de Cachoeiro
90 de Itapemerim/ES. Solicita informações sobre a saúde da mulher presa. Manifestação
91 do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal: pela conversão em diligência. À
92 Secretaria do CNPCP para providências. 10. Processo DEPEN/MJ nº
93 08016.003261/2007-07. Assunto: encaminha cópia do Relatório de Atividades do
94 Conselho Penitenciário do Estado de Sergipe, referente a 2006. Parecer da Conselheira
95 Eleonora de Souza Luna: pela aprovação do relatório e posterior arquivamento dos
96 autos, com cópia para subsidiar visita de inspeção a ser agendada. Aprovado, à
97 unanimidade. 11. Processo GM/MJ nº 08001.000810/2007-42. Assunto: Familiares das
98 presas e agentes do Presídio Feminino de Campina Grande/PB. Denúncia contra a
99 diretoria da instituição. Parecer da Conselheira Eleonora de Souza Luna: pela conversão
100 em diligência para emissão posterior de parecer conclusivo. Aprovado, à unanimidade.
101 12. Processo CNPCP/MJ nº 08037.000162/2006-35. Assunto: Grupo de Estudos e
102 Trabalho “Mulheres Encarceradas”: encaminha carta s/nº, requerendo Visita de
103 Inspeção após denúncias relacionadas à Penitenciária Feminina de Sant’Ana, no Estado
104 de São Paulo. Parecer da Conselheira Eleonora de Souza Luna: que se aguarde nova
105 visita de inspeção à Penitenciária referida, com vistas a avaliar a solução dos problemas

106 detectados. Aprovado, à unanimidade. 13. Processo CNPCP/MJ nº 08037.000079/2007-
107 48. Assunto: Relatório de Vistoria pertinente à Penitenciária Lemos de Brito no Estado
108 do Rio de Janeiro. Manifestação do Conselheiro Mario Julio Pereira da Silva: pelo envio
109 dos autos ao DEPEN/MJ para providências que julgar pertinentes, sendo que, após
110 restituição ao CNPCP, seja procedida a redistribuição de acordo com a Portaria de
111 designação. Acatada pelo Plenário. 14. Processo CNPCP/MJ nº 08037.000087/2007-94.
112 Assunto: Relatório de Atividades do Conselho Penitenciário do Estado do Amazonas,
113 referente ao exercício de 2006. Manifestação do Conselheiro Mario Julio Pereira da
114 Silva: pela conversão em diligência junto ao Conselho Penitenciário do Estado. Acatada
115 pelo plenário. 15. Processo GM/MJ nº 08001.007975/2005-83. Assunto: PLS 271, do
116 Senador PEDRO SIMON. Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07/12/1940, Código Penal no
117 que tange à substituição da Pena de Liberdade pela Restritiva de Direitos. Parecer do
118 Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos: pela conversão em diligência. 16. Parecer GM/MJ
119 nº 08001.006685/2006-01. Assunto: PL nº 3924/2004 do Deputado CARLOS SOUZA.
120 Modifica a Lei de Crimes Hediondos proibindo a apelação em liberdade em caso de
121 sentença condenatória por crime hediondo, tortura, terrorismo e tráfico de drogas,
122 alterando a Lei n.º 8072, de 1990. Parecer do Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos:
123 pela rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. Nada mais existindo a ser tratado, o
124 Presidente, Sérgio Salomão Shecaira, encerrou os trabalhos, agradecendo a presença
125 de todos, dando por encerrada a reunião. Para constar, lavrou-se a presente ata,
126 redigida por mim, Jussara Isaac Ribeiro.

127

128

129

130

131

132

SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA
Presidente do CNPCP

Publicada no D.O.U., de 05/10/07 – Seção 1 – p. 114.